Sociedade e Cultura | ISSN: 1980-8194 DOI: 105216/sec.v29.82767

Hermenêutica de profundidade nas pesquisas em Ciências Sociais: um estudo da Educação a Distância no ensino superior

Depth hermeneutics in Social Science research: a study of distance learning in higher education

Hermenéutica de profundidad en la investigación en Ciencias Sociales: un estudio sobre la educación a distancia en la enseñanza superior

Johnny Ribas da Motta
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: johnnyribasdamotta@gmail.com

Bruno Eduardo Slongo Garcia
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil
E-mail: professorslongogarcia@gmail.com

Resumo: Este estudo explora a Hermenêutica de Profundidade (HP) como uma abordagem teórica e metodológica para a compreensão de fenômenos em contextos sociais complexos. Este ensaio discute e demonstra as etapas de construção da HP. Aplicamos essa metodologia para analisar um fenômeno atual no contexto brasileiro: a Educação a Distância no ensino superior. Os resultados indicam como as formas simbólicas atuaram em um contexto institucional, incentivando a formação de um oligopólio nessa modalidade de ensino. Nossa contribuição para a literatura reside na demonstração da relevância da HP para investigar transformações institucionais e normativas, destacando a importância da contextualização sócio-histórica na compreensão do fenômeno. Além disso, enfatizamos o papel do tensionamento interpretativo, que possibilita uma análise crítica dos achados do estudo.

Palavras-chave: hermenêutica; interpretativismo; ideologia; educação a distância; contextos complexos.

Abstract: This study explores Depth Hermeneutics (DH) as a theoretical and methodological approach for understanding phenomena in complex social contexts. This essay discusses and demonstrates the stages of construction of DH. We apply this methodology to analyze a current phenomenon in the Brazilian context: Distance Education in higher education. The results indicate how symbolic forms acted in an institutional context, encouraging the formation of an oligopoly in this teaching modality. Our contribution to the literature lies in demonstrating the relevance of DH to investigate institutional and normative transformations, highlighting the importance of socio-historical contextualization in understanding the phenomenon. In addition, we emphasize the role of interpretative tension, which enables a critical analysis of the study findings.

Keywords: hermeneutics; interpretivism; ideology; distance education; complex contexts.

Resumen: Este estudio explora la hermenéutica de profundidad (HP) como un enfoque teórico y metodológico para comprender los fenómenos en contextos sociales complejos. Este ensayo analiza y demuestra las etapas de construcción de HP. Aplicamos esta metodología para analizar un fenómeno actual en el contexto brasileño: la Educación a Distancia en la educación superior. Los resultados indican cómo las formas simbólicas actuaron en un contexto institucional, favoreciendo la formación de un oligopolio en esta modalidad de enseñanza. Nuestra contribución a la literatura radica en demostrar la relevancia de los HP para investigar las transformaciones institucionales y normativas, destacando la importancia de la contextualización sociohistórica para la comprensión del fenómeno. Además, destacamos el papel de la tensión interpretativa, que permite un análisis crítico de los hallazgos del estudio.

Palabras clave: hermenéutica; interpretismo; ideología; educación a distancia; contextos complejos.

Submetido em: 23 de maio de 2025
Aceito em: 20 de janeiro de 2026

1. Introdução: a gênese da hermenêutica

Este artigo tem como objetivo discutir a Hermenêutica de Profundidade (HP) como um referencial teórico-metodológico para investigação de fenômenos sociais. A HP, proposta por John Brookshire Thompson, baseia-se na Teoria Social Crítica e na Hermenêutica Ricoeuriana, permitindo a análise de formas simbólicas em contextos sócio-históricos complexos.

A Hermenêutica é comumente utilizada em pesquisas interpretativistas em diversas áreas do conhecimento, especialmente para discutir fenômenos em contextos formados por múltiplas dimensões interconectadas que constituem a sociedade, crenças e valores socialmente compartilhados que, por serem complexos, exigem do pesquisador um olhar interdisciplinar para compreendê-lo (Barbosa, 2006; Cebalho; Pereira, 2024; Motta, 2025). Como exemplos, podemos citar trabalhos que discutem raça, gênero e classe social (Camilo *et al.*, 2021) e decolonialidade (Cabral; Feltrin, 2023), dentre outros fenômenos.

Nas Ciências Sociais aplicadas, por exemplo, os contextos sociais complexos podem ser observados em diversos trabalhos, como o de Lima, Silva e Ferreira (2021) que discute a formação dos estudantes de Administração; o de Oliveira, Casagrande e Kerbauy (2022) sobre a financeirização do ensino superior; o estudo de Slongo Garcia *et al.* (2024) sobre a educação superior a distância; e, por fim, o trabalho de Motta (2025) que investiga o enquadramento e a discursivização da desinformação nas estratégias comunicacionais do Ministério da Saúde durante a pandemia de Covid-19. Apesar das discussões voltadas para esses contextos, a Hermenêutica de Profundidade pode ser mais bem explorada em outras áreas do conhecimento. A exemplo disso, Slongo Garcia *et al.* (2024) destacam, em seu estudo sobre a formação de oligopólio na Educação a Distância, como esse método é útil para compreender as formas simbólicas em fenômenos na área de Ciências Sociais.

Dada a crescente investigação em contextos sociais complexos e a necessidade de métodos interpretativos que possam compreender a interseccionalidade entre política, cultura e eco-

nomia, este estudo busca responder à seguinte questão: **como a Hermenêutica de Profundidade pode contribuir para a compreensão das dinâmicas sociais em cenários institucionais?** Para ilustrar sua aplicabilidade, analisamos a formação de um oligopólio na Educação a Distância (EaD) no Brasil, investigando como as regulações influenciaram a consolidação de um pequeno grupo de organizações privadas no setor.

1.1. O significado de hermenêutica

Dentre as conceituações encontradas, a palavra hermenêutica tem sua origem vinculada ao verbo grego *hermeneuin*, que significa "interpretar", e ao substantivo *hermeneia*, conceito aristotélico que denota "interpretação". Segundo a mitologia grega, ela está associada ao deus alado Hermes, mensageiro que tinha a função de tornar as mensagens do Olimpo compreensíveis ao entendimento humano, principalmente, ao envolver a linguagem.

Ao aprofundar esta busca, encontramos outra orientação para a palavra hermenêutica, que está relacionada com o verbo no infinitivo "explicar". Nesse sentido, as palavras vão além do dizer, elas explicam, racionalizam e elucidam algo (Terra *et al.*, 2009). Assim, este pensamento nos leva a compreensão de que o significado está relacionado a alguém e ao contexto.

Diante das múltiplas definições de hermenêutica, destacamos as contribuições do filósofo francês Paul Ricoeur, em suas obras denominadas *O conflito das Interpretações* (1978), *Interpretação e Ideologias* (1990) e da *Teoria da Interpretação* (1976), que estabeleceram uma ligação entre a fenomenologia de Husserl e a Análise da Linguagem pela Teoria da Metáfora, do Mito e do Modelo Científico.

Ricoeur, Cartaxo e Sarabando (1989) desenvolveram algumas considerações que são fundamentais para a compreensão da Hermenêutica, inicialmente o uso da palavra enxerto ou preenchimento, em que seu surgimento é anterior à fenomenologia de Husserl. Nesta consideração, a hermenêutica é colocada no limite da exegese, ou seja, como uma disciplina direcionada para a interpretação dos textos sagrados.

Em um segundo momento, a hermenêutica é definida como a ciência de toda a compreensão linguística e tida como base para a concepção de todos os tipos de interpretação de textos. Esta, por sua vez, marca o início da hermenêutica considerada não disciplinar, ao delimitá-la como um estudo de sua própria compreensão (Terra *et al*., 2009).

A terceira consideração abarca os pensamentos do filósofo alemão Wilhelm Dilthey, que tratava a hermenêutica como base metodológica para os estudos das humanidades ou das ciências humanas, denominado em alemão como *Geisteswissenschaften*. Dilthey (1949) defendia a interpretação das expressões essenciais da vida humana, como leis, literatura e escritos sagrados, pois acreditava que essas produções demandavam uma compreensão histórica, porém, diferenciada do modo como era compreendido o mundo natural.

A quarta consideração diz respeito à compreensão existencial, está ligada à fenomenologia do *Dasein*, ou seja, da filosofia da existência humana. Em sua obra *Ser e Tempo, uma hermenêutica do Dasein*, o filósofo Martin Heidegger estudou os efeitos da presença humana e da vida cotidiana no mundo (Martins Filho, 2023). Nesta fase, rompe-se com a hermenêutica dos textos e passa-se a tratar de uma hermenêutica da existência humana.

Posteriormente, na mesma linha filosófica de Heidegger, Hans-Georg Gadamer retoma o diálogo com as humanidades e inicia o desenvolvimento de uma hermenêutica para despertar a consciência filosófica das ciências humanas. Gadamer considerava que a compreensão está relacionada com a experiência estética e com o conhecimento histórico na hermenêutica (Lawn, 2007; Wu, 2021).

Na quinta e última consideração, a hermenêutica é compreendida como um sistema de interpretação, ou seja, um processo que interpreta um conteúdo e seu significado, esteja ele exposto ou velado. Nesta perspectiva, Ricoeur (1976) faz grandes contribuições ao pensar a hermenêutica como um processo em que o significado se revelaria para além do conteúdo manifesto, pois

> na medida em que a hermenêutica é interpretação orientada para textos e na medida em que os textos são, entre outras coisas, exemplos da linguagem escrita, nenhuma teoria da interpretação é possível que não se prenda com o problema da escrita (Ricoeur, 1976, p. 37).

A partir das considerações interpostas pela Hermenêutica Ricoeuriana e pela popularização do método hermenêutico, outros pesquisadores buscaram desenvolver essa compreensão em diversas áreas do conhecimento. Especialmente, o sociólogo canadense John Brookshire Thompson desenvolveu a Hermenêutica de Profundidade (HP), considerada como uma formulação teórico-metodológica com intuito de propor um método baseado na Teoria Crítica.

Diante do exposto, este estudo está estruturado em quatro seções, além desta introdução: o detalhamento da HP; uma discussão a respeito de ideologia; um exemplo de aplicação da HP para compreender o fenômeno em um contexto social complexo na área de Ciências Sociais, e, por fim, as conclusões.

2. Hermenêutica de profundidade

O sociólogo canadense John Brookshire Thompson, idealizador da obra *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa,* publicada em 1995, apresenta em seu livro um referencial metodológico como possibilidade para a interpretação das formas simbólicas, chamado de Hermenêutica de Profundidade. Concernente a isso, o autor indaga

> [...] podemos buscar na tradição hermenêutica algo a mais que um conjunto de condições gerais para a investigação sócio-histórica? Podemos buscar na HP um referencial metodológico que possa ser empregado para o estudo das formas simbólicas em geral, e para a análise da ideologia em particular? (Thompson, 2011, p. 362).

Para responder a essas perguntas, Thompson (2011) desenvolve seus estudos baseado na Teoria Social Crítica, cujo objetivo é entender temporalmente como os efeitos sociais, que envolvem as formas simbólicas, penetram o mundo social e contribuem para a reprodução das relações de poder e dominação. Ainda, busca compreender o papel da ideologia na contemporaneidade e sua relação como parte da vida cotidiana, o que foi consolidado pelo capitalismo com auxílio dos meios de comunicação de massa.

Para explicar a HP, o autor delineia seu trabalho com base em duas proposições filosóficas. A primeira tem origem na Hermenêutica Fenomenológica de Husserl, que combinava os procedimentos interpretativos com a abordagem fenomenológica. Nesta proposição, destacaram-se trabalhos de filósofos como Heidegger, Gadamer e Ricoeur, que estão ligados à expressão Hermenêutica de Profundidade.

A segunda proposição que influenciou a HP é da Teoria Social Crítica, que teve como base os escritos de Kant, Hegel e Marx, desenvolvida posteriormente por estudiosos como Horkheimer, Adorno e Habermas. Cabe lembrar que essa linha filosófica deu origem à preocupação de Thompson com a criticidade, dada como fundamental na terceira fase da HP, denominada como re-interpretação, que será detalhada posteriormente.

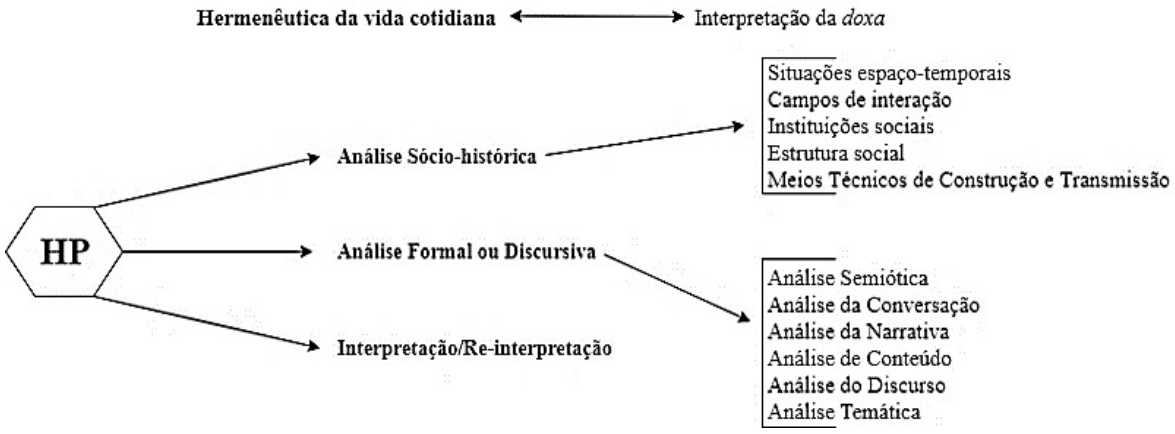
Com base nessas considerações, Thompson (2011, p. 358-359) destaca quatro características hermenêuticas importantes para o delineamento das investigações sócio-históricas: 1) o desafio de compreensão e interpretação das formas simbólicas; 2) o objeto das investigações constitui-se como um campo pré-interpretado; 3) os sujeitos que formam "o campo-sujeito-objeto" de uma investigação são capazes de compreender e agir de acordo com as interpretações que fazem das formas simbólicas; e, por fim, 4) compreender que todos os sujeitos constituem o mundo social, e que por esta inserção são firmados em tradições históricas (Thompson, 2011).

Na sequência, Thompson (2011, p. 362) retoma a proposta de Ricoeur de que o processo de interpretação é "mediado por uma gama de métodos explanatórios ou objetivantes", porém, aponta criticamente que a hermenêutica defendida pelo filósofo enfatizava demasiadamente a autonomia semântica dos escritos, indicando um valor de sentido próprio do texto.

Contudo, não obstante à proposta de Ricoeur, na HP, Thompson busca entender as condições sócio-históricas que envolvem os modos de produção, transmissão e recebimento das formas simbólicas. Neste sentido, o autor propõe duas formas substanciais de análise: a primeira, denominada como Hermenêutica da Vida Cotidiana ou interpretação da *doxa*; e a segunda, na qual delineia um referencial metodológico mais amplo, de enfoque tríplice, concebido como Hermenêutica de Profundidade.

No que se refere ao enfoque tríplice, Thompson (2011) afirma que não devem ser vistas como estágios separados de um método sequencial, porém, devem ser compreendidas como dimensões analíticas distintas que integram um mesmo processo interpretativo de natureza complexa. Com base nessas considerações, apresentamos na Figura 1 a síntese das formas de investigação da HP.

Figura 1 – Formas de Investigação da Hermenêutica de Profundidade



Fonte: elaboração própria com base em Thompson (2011).

Thompson (2011) compreende a metodologia da HP como procedimentos descritos da seguinte maneira, sendo: 1) Análise Sócio-histórica; 2) Análise Formal ou Discursiva; e 3) Interpretação/ Re-interpretação. De acordo com Motta (2025), essas fases viabilizam uma compreensão mais densa e contextualizada das manifestações sociais. Quando aplicadas de forma prática, revelam um percurso metodológico promissor para apreender as complexidades da sociedade contemporânea.

2.1. Compreendendo as formas simbólicas

Antes de adentrarmos propriamente na discussão sobre o enfoque triplo da HP, é necessário refletir sobre o que são as formas simbólicas. Thompson (2011) as define como construções significativas, que demandam uma interpretação. Assim, podemos considerar que tais formas constituem um amplo espectro de ações, falas, textos e imagens, passíveis de um processo de compreensão.

Ao elaborar a concepção estrutural de cultura, com o intuito de justificar o porquê de as formas simbólicas serem consideradas fenômenos significativos, o sociólogo as delineia com base em cinco aspectos: intencional; convencional; estrutural; referencial; e contextual. Considerando que as formas simbólicas são produzidas, construídas e transmitidas por um determinado sujeito que, ao empregá-las, busca um propósito, um objetivo ao expressar o que quer dizer a outrem, o primeiro aspecto considerado é o **Intencional**. Em outras palavras, há sempre uma intenção na elaboração das formas simbólicas, que sempre querem dizer ou indicar algo; nesse sentido, não se exclui as possíveis divergências entre as intenções, formas e até mesmo o sentido percebido pelo receptor (Thompson, 2011).

Ao tratar do aspecto **Convencional**, Thompson (2011) afirma que as formas simbólicas se dão a partir de aplicações de leis, códigos, regras e convenções. O autor define que os processos de produção, circulação e interpretação das formas simbólicas

ocorrem a partir da aplicação dessas regras, sejam técnicas, convenções sociais ou relacionais, que incluem questões relativas à codificação e decodificação.

O terceiro aspecto definido pelo autor é o **Estrutural**, que diz respeito à estrutura articulada dos elementos que se inter-relacionam ao compor as formas simbólicas. Thompson (2011) reitera que esses elementos integram um sistema simbólico, e que se torna possível tanto desvelar a estrutura quanto analisar a corporificação de uma forma simbólica particular. Na sociologia, a estrutura é tida como um conjunto de fenômenos que chama a atenção dos sujeitos para determinado nível de análise e está relacionada com a noção de campo, proposta por Bourdieu (1983) como resultante de processos de diferenciação social, vinculados aos modos de ser e às formas de apreensão do mundo, sustentados pelas relações de força estabelecidas entre agentes – indivíduos e grupos – e instituições.

Thompson (2011) relata que as formas simbólicas tipicamente referem-se, dizem e representam algo. O autor define esse aspecto como **Referencial** (atrelado ao aspecto intencional), pois diz respeito à especificidade referencial que integra as formas simbólicas. Assim, entende-se que as formas simbólicas se referem a um objeto ou situação específica, conforme a ocasião em que são empregadas.

O quinto e último aspecto é o **Contextual**, o qual indica que as formas simbólicas estão sempre situadas em processos e contextos sócio-históricos específicos, no interior dos quais – e por meio dos quais – são produzidas, transmitidas e recebidas. O autor afirma que este aspecto é passível de gerar diversas consequências, pois diz respeito às relações sociais específicas em análise, assim como os meios pelos quais as formas simbólicas foram transmitidas, os traços que carregam e como estes motivam a sua valorização ou desvalorização.

2.2. A Interpretação da *Doxa*

A interpretação da *doxa*[1] não aparece propriamente dita no enfoque tríplice da HP, pois, segundo afirma Thompson (2011), é compreendida como uma etapa preliminar, na qual o hermeneuta realiza a interpretação das opiniões, crenças e entendimentos compartilhados e sustentados pelos sujeitos que compõem o mundo social. Neste sentido, tem-se na interpretação da *doxa* a hermenêutica da vida cotidiana, que pode ser considerada um momento etnográfico da pesquisa, realizado com base em entrevistas, observações participantes e demais tipos de abordagens consideradas necessárias pelo pesquisador.

Para Thompson (2011), não considerar essa pré-etapa é negligenciar a maneira com que os sujeitos que constituem este mundo social interpretam as formas simbólicas nos mais vários contextos, ao tempo que, considerar apenas esse como um único momento da HP é abstrair-se dos aspectos que tornam profundo esse método. Assim, esse é o primeiro passo para o início dos trabalhos hermenêuticos, ou seja, é apenas o ponto de partida.

Desse modo, entendemos que as formas simbólicas são construções estruturadas e que se inserem em condições sociais e históricas distintas. É por isso que Thompson (2011, p. 364-365) orienta para "uma ruptura metodológica com a hermenêutica da vida cotidiana", e, na sequência, um aprofundamento da análise por meio do enfoque tríplice da HP.

2.3. Análise sócio-histórica

Thompson (2011) considera a Análise Sócio-histórica como sendo a primeira das três etapas do enfoque tríplice da Hermenêutica da Profundidade. Com base na definição das formas simbólicas, percebe-se que estas são criadas e circulam em contextos sociais, espaciais e temporais particulares. É por isso que o objetivo dessa análise é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas.

1 Palavra de origem grega, que significa "opinião" (Thompson, 2011).

Ao tratar dos aspectos contextuais das formas simbólicas, Thompson (2011) enfoca as características de produção, transmissão e recepção – assim como o processo de valorização –, as quais essas formas podem estar sujeitas. Com base nestas considerações, o autor afirma a necessidade de observar as características de compreensão contextual que envolve as formas simbólicas e destaca cinco aspectos considerados relevantes, sendo: situações espaço-temporais; campos de interação; instituições sociais; estrutura social; e meios técnicos de construção e transmissão, demonstrados e caracterizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Aspectos e características de compreensão contextual das formas simbólicas

Aspectos contextuais das formas simbólicas	Características de compreensão contextual
Situações espaço-temporais	Refere-se à necessidade de observação das condições de espaço e períodos históricos nos quais as formas simbólicas foram estruturadas, colocadas em circulação e percebidas pelos sujeitos.
Campos de interação	Diz respeito ao "espaço" que constituem as instituições sociais. Um conjunto de posições e trajetórias que determinam as relações e oportunidades disponíveis entre os sujeitos. Considera-se neste aspecto os tipos diferentes de "capital", as táticas e normas vigentes entre grupos, pessoas e instituições.
Instituições sociais	Conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos e suas respectivas relações sociais. Essas instituições devem ser analisadas quanto ao desenvolvimento ao longo do tempo.
Estrutura social	Este aspecto diz respeito às assimetrias e diferenças relativamente estáveis que conformam os espaços de interação e as instituições sociais. Neste aspecto são observadas as diferenças coletivas e duráveis de distribuição de poder, oportunidades, recursos e possibilidades de realização, assim como os critérios, princípios e categorias que conferem durabilidade e estabilidade às instituições sociais.
Meios técnicos de construção e transmissão	Inserida em uma revisão teórica, as formas simbólicas sempre serão produzidas e transmitidas por algum meio técnico ou canal, como livros, artigos, televisão, rádio e internet. O autor alega que, ao decorrer do tempo, essas formas simbólicas sofreram alterações.

Fonte: elaboração própria com base em Thompson (2011).

Como dito anteriormente, a Análise Sócio-histórica é a fase de "reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas" (Thompson, 2011, p. 366),

como um momento para extrapolar a obra em si, pois é aqui que o hermeneuta terá que considerar os aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais do período que compreendam as condições sociais e históricas que constroem as formas simbólicas.

2.4. Análise Formal ou Discursiva

A Análise Formal ou Discursiva é a segunda fase da Hermenêutica da Profundidade. Nesta fase, considera-se a diversidade das formas simbólicas, inclusive pelo meio em que estão inseridas e organizadas, e pelo modo como mobilizam sentidos.

Devido às especificidades constituintes das formas simbólicas, Thompson (2011) destaca que essa fase é um desvelar, para tanto, é realizada com base em diversas técnicas e métodos de análise. O autor alerta que devido à ampla possibilidade de análises, é necessário um olhar sistemático para o objeto e a observação da circunstância daquilo que está sendo investigado. Ao hermeneuta, cabe a função interpretativa de julgar, em pressupostos fundamentados, a análise a ser empregada.

As técnicas e métodos de análise são o apoio do pesquisador para abordar os fenômenos na aplicação de recursos técnicos, como um processo metodológico. Para tanto, o Quadro 2 apresenta, de forma breve, conceitos e características de alguns métodos e técnicas destacados por Thompson (2011) para a análise das formas simbólicas.

Quadro 2 – Métodos e técnicas destacados por Thompson (2011) para análise das formas simbólicas

Métodos e técnicas de análise	Características
Análise Semiótica	É destacada como "o estudo das relações entre os elementos que compõem as formas simbólicas [...]" (Thompson, 2011, p. 370).
Análise de Conversação	Preocupa-se com o estudo das instâncias da interação linguística nas situações concretas em que elas ocorrem, prestando-se cuidadosa atenção às maneiras como estão organizadas e realçadas algumas das características sistemáticas, ou estruturais da interação linguística (Thompson, 2011, p. 371).

Análise Narrativa	É o "lugar" em que as pessoas constroem os sentidos em uma construção interacional, como em contar uma história em que se torna uma construção conjunta de quem conta e quem cria os sentidos colaborativos (Moutinho; Conti, 2016). As pesquisas que utilizam a Análise Narrativa entendem como objeto o que as pessoas narram sobre suas vidas (Biar; Orton,Bastos, 2021).
Análise de Conteúdo	Se refere a análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de compreensão do conteúdo para realizar inferências a respeito de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (Bardin, 2011).
Análise do Discurso	O discurso é um elemento de conexão entre o linguístico e o extralinguístico na compreensão da relação entre sujeito, sociedade e ideologia. A Análise do Discurso baseia-se na linguagem que funciona na sociedade, em situações relacionais de interação, com o poder de provocar mudanças no meio social, em que o sujeito-leitor pode interpretar os diversos efeitos dos sentidos (Maingueneau, 2005; Resende; Acosta, 2018).
Análise Temática	Permite relatar experiências, significados e a realidade dos participantes, bem como examina eventos, realidades, significados (Rosa; Mackedanz, 2021).

Fonte: elaboração própria com base em Thompson (2011).

Apesar de os métodos de análise constituírem a etapa formal ou discursiva, Thompson (2011) parte do pressuposto de um campo previamente interpretado, como a vida cotidiana. Isso é configurado com base na descrição sócio-histórica, não como um levante dos acontecimentos, mas como um contexto relacional destes com o espaço-temporal.

Nessa fase são analisadas as estruturas internas das formas simbólicas e a produção com base no contexto em que se enquadram. Assim, partindo dos padrões formais surge a compreensão de como o sentido opera e como se dá a transmissão de uma mensagem, podendo o pesquisador direcioná-la a textos, imagens, sons e uma gama de outras possibilidades que instituem o método como abrangente.

2.5. Re-interpretação

A fase da Interpretação/Re-interpretação é considerada a última do enfoque tríplice, pois é o momento de retomar os resultados das etapas anteriores, porém, com um olhar mais profundo, de forma a possibilitar uma interpretação crítica e criativa, superando

todas as aparências consideradas evidentes (Cabral; Feltrin, 2023; Motta, 2025). Cabe lembrar, que esta fase prossegue a segunda, da Análise Formal ou Discursiva, contudo, realiza-se por meio de uma síntese que articula o conteúdo das formas simbólicas à análise do contexto em que são produzidas (Veronese; Guareschi, 2006).

Veronese e Guareschi (2006, p. 89) afirmam que esse é um momento de busca por uma "explicação interpretativa, plausível e bem fundamentada" e reiteram a necessidade de um referencial teórico consistente do fenômeno investigado, pois Thompson (2011) afirma que os sentidos produzidos no decorrer do trabalho do hermeneuta podem distanciar-se ou até mesmo divergir do significado atribuído às formas simbólicas pelos sujeitos sociais que as produziram e pré-interpretaram.

Nesse sentido, uma premissa considerada importante, nessa fase, é que a interpretação das formas simbólicas que permeiam o mundo social são atividades cotidianas, realizada por qualquer pessoa em nossa sociedade. O hermeneuta realiza uma interpretação da interpretação, isto é, re-interpreta aquilo que já foi interpretado.

Thompson (2011) analisa que a diferença entre a leitura de um hermeneuta e a de um sujeito comum está na profundidade com que o primeiro alcança a análise das formas simbólicas, assim como o contexto sócio-histórico, e a maneira com que tais formas são disseminadas, percebidas e entendidas pelas pessoas. O autor reitera que essa divergência está presente entre uma leitura de caráter superficial e outra de natureza aprofundada, ou, ainda, entre uma pré-interpretação e um movimento de re-interpretação.

A partir da exploração conceitual das possibilidades teórica e metodológica da Hermenêutica de Profundidade, optamos por ilustrar sua aplicabilidade com base em um caso aplicado à Educação a Distância (EaD). Neste exemplo, as formas simbólicas foram demonstradas por meio de atos normativos (leis, decretos, portarias, pareceres e instruções normativas federais), o que possibilitou, nas etapas da Análise Formal e Re-interpretação, a observação da busca por legitimidade no desenvolvimento da modalidade da EaD no Brasil.

3. Hermenêutica de profundidade: o caso da EaD no Brasil

Um campo que vivenciou um contexto social complexo em um cenário institucional e que pode ser interpretado por meio da HP é a educação superior a distância no Brasil. Para isso, foi selecionado um caso discutido por Slongo Garcia (2019) e Slongo Garcia *et al*. (2024) a respeito da formação de um oligopólio de organizações privadas para oferta da modalidade educacional a distância no ensino superior. Para os autores, a modalidade obteve legitimidade a partir da mudança que possibilitou a institucionalização da EaD, incluindo novas regras, crenças e símbolos relacionados à educação. Tal argumento está em concordância com o conceito de legitimidade de Thompson (2011) ao explorar as estratégias de operação da ideologia. A legitimidade se refere à aceitação da modalidade a distância como um meio para a disseminação do ensino no Brasil.

Quando ocorrem mudanças institucionais, têm-se momentos de perturbação da estabilidade das instituições, caracterizados como desvio, sancionamento e legitimidade. O desvio se refere ao comportamento que se afasta do padrão considerado socialmente aceito; já a legitimidade ocorre quando este desvio é compartilhado entre os atores e se torna aceito. Por fim, o sancionamento é um mecanismo formal emitido por meio de documentos normativos, os quais buscam desestimular o desvio ou atribuir-lhe legitimidade (Dellaposta; Nee; Opper, 2017).

A EaD é uma modalidade de ensino em que perdura a distância física entre os sujeitos, em um processo em que a aproximação ocorre por meio de mecanismos tecnológicos. A modalidade é amplamente empregada em diversos países como uma possibilidade de ensino que supre algumas assimetrias encontradas na educação presencial (Alves, 2011; Castro; Queiroz, 2020; Carvalho Borba; Malheiros; Zulatto, 2021). No Brasil, os registros históricos indicam a presença da EaD a partir dos anos de 1900.

O início do ensino a distância não ocorreu por intermédio de políticas públicas, mas pela oferta de cursos de datilografia enviados

pelos correios e comercializados por organizações privadas. Anos mais tarde, por volta de 1920, o rádio assumiu papel fundamental na divulgação dos cursos, seguido, a partir de 1950, pelas transmissões televisivas. Contudo, foi a partir de 1970, com a Fundação Roberto Marinho, que a EaD ganhou expressividade no país, por meio da transmissão de cursos gratuitos (Slongo Garcia, 2019).

A ausência de políticas efetivas para a modalidade resultou na formação de um oligopólio no ensino superior EaD, em que poucas organizações competem em um determinado mercado. O Brasil vivenciou entre os anos de 2010 e 2020 uma crescente inserção de grupos empresariais incorporando organizações educacionais e investindo na modalidade a distância. O modo como esse oligopólio se formou no ensino superior brasileiro pode ser compreendido por meio das formas simbólicas que caracterizam a modalidade a distância.

As formas simbólicas presentes no primeiro momento da modalidade foram os correios, o rádio e a televisão. Contudo, no desenvolvimento da modalidade, para incorporar o ensino superior e cumprir com as metas de formação definidas pelo poder público, os atos normativos foram as formas simbólicas utilizadas.

Para operacionalizar a Análise Formal, Slongo Garcia (2019) e Slongo Garcia *et al*. (2024) optaram pelos Ciclos de Codificação (Saldaña, 2015) e, posteriormente, pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Nessa etapa, os autores contaram com o auxílio do *software Atlas.ti* para realizar a leitura flutuante do material, formação das famílias com base nas características de cada documento (leis, decretos, portarias, pareceres e instruções normativas), indexação dos códigos que refletem o tema central de cada trecho e interpretação do trecho extraído dos documentos.

A fase de interpretação dos achados foi realizada por meio da Análise Axiológica dos normativos (Nishiyama, 2013). Com base na Análise Formal e na Re-interpretação, os autores destacam que os atos normativos da EaD tiveram sua origem subordinada à Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), bem como foram

elaborados em consonância com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

A CF (Brasil, 1988) representou a constituição cidadã e demonstrou que a educação seria um direito de todos e dever do Estado. A LDB (Brasil, 1996) trouxe expectativas de atuação como um instrumento da Constituição, contudo, a política neoliberal que influenciou a composição do normativo fez com que as atividades básicas da população fossem descentralizadas e levadas à busca por uma rápida profissionalização, constituindo o ponto de partida para a elaboração dos demais normativos que foram emitidos (Giolo, 2010; Ruas, 2021).

O artigo 80, parágrafo 4º, da LDB, descreve o incentivo inicial para a modalidade, "[...] gozará de tratamento diferenciado, contemplando os custos, canais e reserva de tempo mínimo nos canais comerciais para veiculação de programas de ensino" (Brasil, 1996). A alteração do referido parágrafo é expressa na Lei 12.603 de 2012, destacando que os custos de transmissão seriam reduzidos na radiodifusão e em outros meios de comunicação (Brasil, 2012).

O artigo 87 da LDB, em seu parágrafo 3º, descreve indícios que possibilitam compreender as motivações do Estado atuando para o fortalecimento da modalidade, a saber: "II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados" (Brasil, 1996). Ruas (2021) e Gambirage *et al*., (2017) sinalizam para o olhar de rápida profissionalização e escolarização que influenciaram a construção da regulamentação da EaD e perduram até o século XXI.

Nesse contexto, a qualidade da educação é discutida na LDB como incentivos e normatizações direcionados ao sistema educacional em ambas as modalidades – presencial e a distância. Ao descrever os princípios norteadores nos artigos 3º, 4º e 9º, o texto retrata que os padrões de qualidade no ensino são um direito de todo cidadão. O documento incentiva a qualidade, mas não constitui obrigatoriedade e controle (Faria; Salvadori, 2010; Saviani, 2018).

Prosseguindo com os códigos que foram elencados por Slongo Garcia (2019) e Slongo Garcia *et al*. (2024), autores como Scudeler, Calderón e Pires (2020), ao estudarem as perspectivas para a EaD, destacam que o crescimento exponencial precisa ser acompanhado pela qualidade, principalmente no ensino superior. Neste sentido, Giolo (2010) e Pimentel (2016) destacam o paradigma da modalidade com base no sucateamento do aprendizado de qualidade, observado pelos indicadores da evasão na EaD, para melhoria dos índices de escolarização, inserção no ensino superior e preparação para o mercado de trabalho, esquecendo do objetivo da educação de prover ao cidadão o pensamento crítico livre, formado a partir dos esforços reflexivos por meio de um ensino de qualidade.

A afirmação da baixa qualidade do ensino na EaD encontra respaldo no texto do Decreto 5.622 (Brasil, 2005), no artigo 7º, em cuja redação lê-se que os atos do poder público deverão ser pautados pelos referenciais de qualidade da EaD definidos pelo Ministério da Educação com os sistemas de ensino. O texto buscava direcionar a modalidade para o crescimento qualitativo, contudo, atribui a função ao credenciamento e autorização de organizações para funcionamento, ação esta que não possuía parâmetros de avaliação para estabelecer um conceito de qualidade na modalidade.

A crítica de estudiosos como Saviani (2018) quanto à baixa regulação do ensino a distância se refere à ênfase dada à estrutura física e aos recursos humanos, enquanto o ensino presencial e a EaD na esfera pública ficaram sobre padrões de avaliação qualitativa das suas ações. Esforços para o crescimento qualitativo da modalidade, principalmente no ensino superior, foram observados em alguns documentos, como os Decretos 5.773 (Brasil, 2006) e 6.303 (Brasil, 2007a) para o credenciamento de instituições de ensino com base na avaliação dos padrões e o incentivo a métricas que se propusessem a mensurar o termo.

Esse esforço também pode ser observado no Parecer nº 197 (Brasil, 2007b), que estabelece métricas para a composição das notas na avaliação estrutural das organizações. Contudo, tais métricas concentram-se predominantemente na estrutura física,

a qual apresentava reduzido poder de sancionar a continuidade institucional em casos de ausência de qualidade do modelo pedagógico e de baixa efetividade no processo de aprendizagem.

A Portaria n° 11 (Brasil, 2017), em seu parágrafo 3º, destaca que a modalidade a distância na esfera pública fica condicionada à permanência dos mantenedores e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para poderem credenciar novos polos, diferentemente do que é observado na esfera privada ao relacionar a abertura dos mesmos de acordo com a iniciativa da organização. As críticas à abertura de polos sob baixos padrões de qualidade da EaD na esfera privada levaram à publicação da Portaria nº 10 (Brasil, 2009) para os cursos de nível superior, os padrões são fixados de acordo com o Índice Geral de Avaliação de Cursos e ao Conceito de Avaliação Institucional Externa[2].

A redação da Portaria supracitada destaca que nos pedidos de autorização de cursos superiores, na modalidade a distância, os objetivos da avaliação *in loco* poderão ser considerados supridos, "[...] se a instituição de educação superior tiver obtido avaliação satisfatória, expressa no conceito da avaliação institucional externa e no Índice Geral de Cursos mais recentes, iguais ou superiores a 4 (quatro), cumulativamente" (Brasil, 2009). Apesar de considerar os índices de avaliação, a Portaria dispensa a modalidade de avaliação *in loco*, estabelecendo que a estrutura e os recursos humanos mencionados no Decreto 5.622 (Brasil, 2005) estavam avaliados pelo índice de cursos e institucional.

Com base no caso apresentado, podemos tecer algumas contribuições da aplicação da HP para compreender o fenômeno da formação do oligopólio na EaD superior no Brasil. Por meio das formas simbólicas foi possível contextualizar e compreender sócio-historicamente como a modalidade se desenvolveu. Com base nisso compreendemos que o ensino a distância teve início como uma tentativa de levar a educação a lugares com acesso presencial

2 O Índice Geral de Cursos (IGC) é um indicador sintético do SINAES que expressa a qualidade das instituições de educação superior, calculado com base no desempenho dos cursos avaliados pelo INEP. Já o Conceito Institucional Externo (CI-E) resulta da avaliação *in loco* realizada por comissões externas, considerando dimensões como organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura (Brasil, 2020).

reduzido. À medida que a modalidade cresceu, obteve legitimidade – aceitação da população – e foi difundida via rádio e televisão.

Com o aumento da conectividade por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as organizações privadas observaram a possibilidade de obter rentabilidade por meio da oferta da educação no nível superior. Em consonância, o Estado possuía metas de escolarização e profissionalização para cumprir, as quais foram estipuladas da década de 1990, período em que o projeto de um país em desenvolvimento foi elaborado. Na Análise Formal, as formas simbólicas revelaram como os atos normativos foram elaborados para esse fim, reforçando o papel do Estado como facilitador e o papel das organizações privadas como operacionalizadoras da modalidade.

Em suma, a legislação estudada demonstra baixo poder regulador e sua função foi legitimar a modalidade que já era aceita pela sociedade, possibilitando às organizações privadas a livre atuação. Esses efeitos são melhor compreendidos resgatando o contexto político da década de 1990, marcada pela descentralização do poder público como provedor da educação, repassando a função à iniciativa privada. Desta forma, o sancionamento da EaD só reforçou a legitimidade da modalidade, uma vez que já se observava a aceitação popular e seu crescimento acelerado.

4. Considerações finais

Com base nas considerações apresentadas, buscou-se refletir sobre algumas possibilidades de aplicação da Hermenêutica de Profundidade, a contar pelo seu pluralismo e flexibilidade metodológica, demonstrando sua aplicação em um caso empírico do campo da Educação a Distância no Brasil, em que um oligopólio foi formado com grupos educacionais com base na análise de suas das formas simbólicas. Contudo, existem duas questões importantes no uso da HP como método de pesquisa, denominados de **internalismo** e **reducionismo**.

O internalismo ocorre na medida em que ao analisar as formas simbólicas desconsideram-se os contextos de produção e reprodução, o que implica tratar o texto como analisável em si mesmo, ignorando, assim, as marcas sócio-históricas das suas condições de produção. O segundo apontamento diz respeito ao reducionismo, que emerge como o oposto do internalismo, uma vez que a análise das formas simbólicas ocorre apenas considerando suas condições sociais, de produção e reprodução. Para mitigar as limitações do internalismo e do reducionismo sugerimos abordagens complementares, como a utilização da Análise Crítica do Discurso durante a Análise Formal para examinar a interação entre discurso e estrutura social.

Ao entender os procedimentos da análise da HP, tem-se que uma investigação coerente não pode seguir sem observar o que o autor denominou de interpretação da *doxa*, tendo em vista que esta é a pré-etapa do enfoque tríplice que guiará as demais fases, com o intuito de reduzir o "senso comum" que, por vezes, faz parte de um pensamento teórico inicial. É por este motivo que reiteramos o olhar para o objeto analisado, visto que o hermeneuta também integra o campo social, pois está inserido em circunstâncias sócio-históricas especificas, transformando sua interpretação em uma re-interpretação.

Com base no caso apresentado, este estudo contribui ao demonstrar a HP como um caminho teórico-metodológico adequado para compreender contextos sociais complexos. É o que propõe Thompson (2011) ao refletir sobre a Teoria Crítica, que se mostra como um importante instrumento científico para pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, principalmente para o campo das Ciências Sociais. Outra contribuição que buscamos trazer é que este trabalho não atue como um manual de como aplicar a hermenêutica, mas possibilite a análise crítica de suas etapas, bem como a identificação de formas simbólicas e análise da ideologia envolta nos fenômenos em investigação. Contribuímos, ainda, para a literatura ao demonstrar a relevância da HP na investigação de transformações institucionais e normativas.

Considerando-se os limites encontrados na preparação deste estudo, o qual não se aprofundou na compreensão da *doxa* no campo da EaD, estudos futuros podem se dedicar a compreender, por meio de vivências etnográficas, entrevistas ou observações, como alguns conceitos fundamentais a este campo se desenvolveram, por exemplo, democratização, mercantilização, financeirização e qualidade. Desta forma, pesquisadores poderão desvelar como a vida cotidiana significou a modalidade de ensino a distância, enquanto que, no contexto organizacional e institucional, ocorreu a formação de um oligopólio.

Ademais, indicamos que pesquisas futuras conduzam investigações de outros fenômenos sociais complexos, permitindo compreender formas simbólicas, bem como conduzam pesquisas que estejam inseridas em outras áreas do conhecimento, com intuito de identificar diferentes possibilidades de aplicação da Hermenêutica da Profundidade.

Referências

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 83-92. 2011. Disponível em: https://seer.abed.net.br/RBAAD/article/view/235. Acesso em: 9 fev. 2026.

BARBOSA, Marialva. O filósofo do sentido e a comunicação. **Conexão-Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 139-149, 2006. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/209/200. Acesso em: 9 fev. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIAR, Liana de Andrade; ORTON, Naomi; BASTOS, Liliana Cabral. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de "pós-verdade". **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 21, n. 2,

p. 231-251, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ld/a/q9Dd3hzKnMCTTQfxRGsZ9Dd/?lang=pt. Acesso em: 9 fev. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. São Paulo: Editora Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 197**, de 13 de setembro de 2007b. Trata dos instrumentos de avaliação para credenciamento de IES na modalidade a distância. Disponível em: https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado2851/. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394/1996. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-normaatualizada-pe.html. Acesso: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos no sistema federal. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5773-9-maio-2006-542125-publicacaooriginal-49470-pe.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.303**, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos n. 5.622/2005 e n. 5.773/2006. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 dez. 2007a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6303-12-dezembro-2007-66386-publicacaooriginal-89961-pe.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Índice Geral de Cursos (IGC). 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/indice-geral-de-cursos-igc. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/551270. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.603**, de 3 de abril de 2012. Altera dispositivos da Lei n. 9.394/1996 para benefício da educação a distância. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 abr. 2012. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12603-3-abril-2012-612644-publicacaooriginal-135684-pl.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Portaria nº 11**, de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. **Portaria nº 10**, de 2 de julho de 2009. Fixa critérios para dispensa de avaliação in loco e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 jul. 2009. Disponível em: https://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10_seed.pdf. Acesso: 9 fev. 2026.

CABRAL, Raquel; SANTOS FELTRIN, Diuan. Reflexões sobre Comunicação para Paz a partir de uma perspectiva Sul Global e Decolonial. **E-Compós**, Brasília, v. 26, p. 1-19, 2023. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2815. Acesso em: 9 fev. 2026.

CAMILO, Claudia; KAHHALE, Edna; FERREIRA, Maria Luísa; SCHVEITZERD, Mariana. Cuidado em território de exclusão social: covid-19 expõe marcas coloniais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HhZ4VzNvQBjXHYpWHkJsFJz/?lang=pt. Acesso em: 9 fev. 2026.

CARVALHO BORBA, Marcelo; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos; ZULATTO, Rúbia Barcelos Amaral. **Educação a distância on-line**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

CASTRO, Eder Alonso; QUEIROZ, Eliziane Rodrigues. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 3-17, 2020. Disponível em: https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/40. Acesso em: 9 fev. 2026.

CEBALHO, Jussara; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. O papel das mulheres no processo de organização de uma festa religiosa no Assentamento Jatobá em Cáceres-MT. **Cadernos Cajuína**, São Paulo, v. 9, n. 4, e249410, 2024. Disponível em: https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/546. Acesso em: 9 fev. 2026.

DELLAPOSTA, Daniel; NEE, Victor; OPPER, Sonja. Endogenous dynamics of institutional change. **Rationality and Society**, [*s. l.*], v. 29, n. 1, p. 5-48. 2017. Disponível em: https://journals.sagepub.com/toc/rssa/29/1. Acesso em: 9 fev. 2026.

DILTHEY, Wilhelm. **Le monde de l'esprit.** Paris: Aubier, 1949.

FARIA, Adriano Antônio; SALVADORI, Ângela. A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 15-22, 2010. Disponível em: https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/revusc/article/view/120. Acesso em: 9 fev. 2026.

GAMBIRAGE, Cinara; GONÇALVES XAVIER, Wlamir, DA SILVA, Jaison Caetano; GREENE, Frederick; GANDONOU, Jean-Marc. Economic Performance of Private Higher Education Institutions in Distance Education Through Mergers and Acquisitions. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 252- 281, 2017. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/EeN/issue/view/239. Acesso em: 9 fev. 2026.

GIOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/5pq3TXBjDF8rWm6N7pwnckw/?lang=pt. Acesso em: 9 fev. 2026.

LAWN, Chris. **Compreender Gadamer**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LIMA, Joselma Ferreira; SILVA, Edvaldo Pio da; FERREIRA, Edith Maria Batista. Interdisciplinaridade nos Projetos Integradores: tessitura de saberes para a formação do Bacharel em Administração. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6479. Acesso em: 9 fev. 2026.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe. Das modulações do silêncio em Heidegger: uma leitura a partir de Ser e Tempo. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 23, n. 2, p. 67-78, 2023. Disponível em: https://philpapers.org/rec/FILDMD. Acesso em: 9 fev. 2026.

MOTTA, Johnny Ribas da. **Comunicação Pública, Desinformação e Midiatização**: estratégias discursivas no Facebook do Ministério da Saúde no contexto sócio-histórico da pandemia de covid-19. 2025. Tese (Doutorado em Comunicação) – Centro

de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa maria, Santa Maria, RS, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/35948?show=full. Acesso em: 9 fev. 2026.

MOUTINHO, Karina; CONTI, Luciane De. Análise narrativa, construção de sentidos e identidade. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 1-8, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/tsfbSKpvYzygrVG5mrP7x4Q/?lang=pt. Acesso em: 9 fev. 2026.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. Os métodos de interpretação constitucional. **Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 77-95, 2013. Disponível em: https://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/10855. Acesso em: 9 fev. 2026.

OLIVEIRA, Janaina de; CASAGRANDE, Natalia Maria; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Uma análise sobre a financeirização do ensino superior e os efeitos da produção do diploma como um signo de distinção social. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/17520. Acesso em: 9 fev. 2026.

PIMENTEL, Nara Maria. O desenvolvimento e o futuro da educação a distância no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 10, n. 1, p.132-146, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/kDg6xqTkySYrWsXvszFg4Np/?format=html&lang=pt. Acesso em: 9 fev. 2026.

RESENDE, Viviane de Melo; ACOSTA, María del Pilar Tobar. Justiçamento em rede: direitos humanos e efeito midiático. Bakhtiniana. **Revista de Estudos do Discurso**, [*s. l.*], v. 14, n. 1, p. 7-27, 2018. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/35719. Acesso em: 18 jun. 2026.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1976.

RICOEUR, Paul; CARTAXO, Alcino; SARABANDO, Maria José. **Do texto à acção**: ensaios de hermenêutica II. Porto-Portugal: Rés-editora, 1989.

ROSA, Liane Serra; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 16, p. e8574, 2021. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574. Acesso em: 9 fev. 2026.

RUAS, Mara Stapani. **A Educação Superior Privada Mercantil E Suas Estratégias Expansionistas**. *In:* GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de. Educação Contemporânea. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2021. p. 99-108.

SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative researchers**. Los Angeles: Sage. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. São Paulo: Autores Associados, 2018.

SCUDELER, Marcelo Augusto; CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PIRES, André. O desafio da educação a distância no ensino superior brasileiro: a expansão dos cursos de pedagogia à luz do ENADE como referencial de qualidade. **Jornal de Políticas Educacionais**, Guarulhos, v. 14, n. 7, p. 1-23, 2020. DOI: 10.5380/jpe.v14i0.70138. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/70138/40305. Acesso: 23 mar. 2026.

SLONGO GARCIA, Bruno Eduardo. **Mudança institucional e formação de oligopólio**: análise do campo da educação superior à distância no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/59699. Acesso: 9 fev. 2026.

SLONGO GARCIA, Bruno Eduardo; SARAIVA, Mayla Cristina COSTA MARONI; FERREIRA, Jane Mendes; MOTTA, Johnny Ribas da. Entre a sociedade, o estado e o capital no campo da Educação a Distância. **Educação, Escola & Sociedade**, Montes Claros, v. 20, n. 22, p. 1-26, 2024. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/6518. Acesso em: 10 fev. 2026.

TERRA, Marlene Gomes; GONÇALVES, Lucia Hisako Takase; SANTOS, Evangelia Kotzias Altherino dos; ERDMANN, Alcoque Lourenzini. Fenomenologia-hermenêutica de Paul Ricœur como referencial metodológico numa pesquisa de ensino em enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 93-99, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/qWFpXsyztMchBw7CXdSNj8J/?lang=pt. Acesso: 9 fev. 2026.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6019. Acesso: 9 fev. 2026.

WU, Roberto. A mutualidade entre o demorar-se e o ser-movido: arte e retórica na hermenêutica tardia de Gadamer. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 62, p. 595-614, ago. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/kr/a/QTcFYs5zV79tr93zVWgKHsN/?lang=pt. Acesso em: 9 fev. 2026.